



SINDICATO RURAL DE MIRANDA E BODOQUENA

Carta Sindical 11-02-72 Filiado à Famasul CGC-MF 03.059.490/0001-90
Rua Marechal Deodoro n.º22 - Fone/Fax (067) 242-1266
E-mail: sindmir@star5.com.br - CEP 79380-000
Miranda - Mato Grosso do Sul

NOTA DE REPÚDIO

O Sindicato Rural de Miranda e Bodoquena vem a público manifestar seu repúdio à forma como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tem conduzido o processo de criação do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Delta do Salobra, proposta que pretende abranger mais de 60 mil hectares nos municípios de Miranda, Bodoquena e Corumbá.

Inicialmente, é importante esclarecer que o Sindicato Rural não organizou, coordenou ou convocou a mobilização de produtores rurais ocorrida durante a audiência pública realizada no dia 17 de junho no auditório da Prefeitura Municipal de Bodoquena. A participação expressiva da população foi uma manifestação espontânea de proprietários rurais, trabalhadores, moradores e famílias diretamente impactadas pela proposta, que compareceram para expressar suas preocupações e sua insatisfação diante da falta de diálogo efetivo sobre um projeto que pode alterar profundamente a dinâmica econômica, social e produtiva da região.

Não se deve atribuir aos produtores rurais a responsabilidade pelo cancelamento da consulta pública. No ofício assinado pela prefeitura do município, a administração afirmou que a suspensão ocorreu por questões de segurança diante da superlotação do espaço destinado ao evento.

O fato é que o verdadeiro debate deveria estar centrado na ausência de respostas concretas sobre os impactos que a criação da unidade de conservação poderá provocar sobre propriedades privadas, atividades produtivas e o futuro das famílias que vivem e trabalham há gerações nessa área.

Embora o ICMBio afirme que o modelo de Refúgio de Vida Silvestre permite a permanência de propriedades privadas e a continuidade de atividades consideradas compatíveis com os objetivos de conservação, os produtores têm razões legítimas para questionar quais serão, na prática, as restrições futuras impostas ao uso da terra, à ampliação de atividades produtivas, à realização de investimentos, ao acesso ao crédito rural, ao licenciamento ambiental e ao próprio direito de propriedade.

Os produtores rurais da região não são contra à conservação ambiental. Ao contrário. São eles que, há décadas, preservam nascentes, matas ciliares, reservas legais e áreas de preservação permanente, cumprindo rigorosamente a legislação

ambiental brasileira, considerada uma das mais exigentes do mundo. A preservação dos recursos naturais e a produção agropecuária convivem diariamente nas propriedades rurais da região.

O que se questiona é a tentativa de avançar com uma proposta dessa magnitude sem que haja amplo debate, transparência e garantias claras aos proprietários diretamente atingidos. Não é razoável que milhares de hectares produtivos sejam submetidos a um novo regime de restrições sem que as famílias tenham plena compreensão das consequências econômicas, sociais e patrimoniais que poderão enfrentar nos próximos anos.

A criação de uma unidade de conservação sobre uma área superior a 60 mil hectares impacta diretamente produtores rurais, trabalhadores, empresas, fornecedores, transportadores, prestadores de serviços e toda a economia regional. Trata-se de uma discussão que exige responsabilidade, diálogo verdadeiro e respeito às comunidades locais, e não a simples imposição de decisões tomadas sem a devida construção conjunta com aqueles que vivem na região.

O Sindicato Rural de Miranda e Bodoquena reafirma seu compromisso com a defesa do direito de propriedade, da segurança jurídica, da produção sustentável e da preservação ambiental construída com a participação das pessoas que habitam e produzem no território.

Defendemos que qualquer iniciativa de conservação seja debatida de forma transparente e democrática com o respeito aos direitos dos produtores rurais, das famílias e das comunidades que ajudam a construir a história e o desenvolvimento da região.

Miranda - MS, 18 de junho de 2026.